

A CIDADANIA, O DIREITO À CIDADE E A GEOGRAFIA ESCOLAR

Elementos de geografia para o estudo do espaço urbano¹

Lana de Souza Cavalcanti

RESUMO:

Este texto discute a relação cotidiana do cidadão com sua cidade e a influência da escola e do ensino de Geografia nessa relação. A preocupação é analisar as possibilidades do exercício pleno do direito do cidadão à cidade contemporânea através da formação de uma cidadania consciente e ativa.

PALAVRAS-CHAVE:

cidadão, cidadania, cidade, ensino de Geografia.

RESUMÉ:

Ce text discute la relation quotidienne du citoyen avec le cité et l'influence de l'école et de l'enseignement de la Géographie dans cette relation. Il s'agit d'analyser les possibilités du plein exercice du droit du citoyen à la cité contemporaine, au milieu de la formation d'une citoyenneté consciente et active.

MOTS-CLÉS:

Citoyen, citoyenneté, cité, enseignement de la Géographie.

O ensino de Geografia contribui para a formação da cidadania através da prática de construção e reconstrução de conhecimentos, habilidades, valores que ampliam a capacidade de crianças e jovens compreenderem o mundo em que vivem e atuam, numa escola organizada como um espaço aberto e vivo de culturas. O exercício da cidadania na sociedade atual, por sua vez, requer uma concepção, uma experiência, uma prática – comportamentos, hábitos, ações concretas de cidade. A vida nas cidades é cada vez mais um fato mundial, pois a partir de um certo momento histórico, toda a sociedade passa a ser organizada em função do espaço urbano. Sendo assim, a cidade torna-se tema importante a ser trabalhado na escola fundamental, num projeto de formação

da cidadania. A escola, porém, não é a única instância de formação de concepções e práticas da cidade, habilidades básicas no exercício da cidadania. As práticas de organização e gestão da cidade, os resultados dessas práticas e a própria experiência cotidiana são também formadores de cidadania. Em outras palavras, o cidadão se torna cidadão com a contribuição de várias instâncias, destacando-se a escola. A escola (e o conhecimento), por ser um lugar dedicado ao trabalho com o conhecimento e com a atribuição de significados, pode ser a instância síntese ou lugar de encontro e confronto entre as diferentes fontes de concepção e prática da cidade (o saber ou conhecimento científico e o saber cotidiano). A cidade é um livro escrito que precisa ser decifrado por seus ci-

dadãos (LEFEBVRE, 1991) e a escola tem um papel importante nesse sentido.

Se a escola assume o tema da cidade e do urbano como conteúdo educativo, deve promover em suas atividades a possibilidade de confronto entre as diferentes imagens de cidade: cotidianas e científicas. Como afirma Bernet, trata-se da possibilidade de combinar três imagens da cidade:

a imagem subjetiva que cada qual forma espontaneamente de seu meio; outra imagem mais objetiva, global e profunda que as próprias instituições educativas hão de contribuir para configurar a partir da anterior; e uma terceira imagem que é a imagem da cidade a construir; ou seja, uma imagem forjada com os materiais do desejo (talvez inclusive utópicos) que possa contrastar-se com a realidade presente e orientar assim a participação para edificar uma cidade melhor e mais educadora para todos (1997:34).

A imagem não está desvinculada de uma prática, uma prática de indivíduos na cidade, por isso é necessário o entendimento de como se dão a imagem e a prática da cidade hoje. Para efetivar um trabalho escolar com o tema em questão, é importante entender como as diferentes experiências e conhecimentos de crianças e jovens da/na cidade se “cruzam” ou se “encontram” com os conteúdos sistematizados e experiências curriculares na aula de Geografia e os resultados que esse encontro pode apresentar do ponto de vista da aprendizagem e do desenvolvimento intelectual, social e afetivo do aluno.

No ensino de Geografia, o tema da cidade já integra o conteúdo curricular de nível fundamental, seja na 1ª fase, com o estudo do bairro e do município, seja na 2ª fase, com o estudo do processo de urbanização da sociedade brasileira e mundial e com o estudo do con-

ceito de cidade e espaço urbano. Nos últimos anos, todavia, esse tema tem adquirido relevância nas propostas curriculares, em virtude da preocupação com a vinculação entre os conteúdos sistematizados e os conteúdos da vida cotidiana do aluno e de sua cultura. Essa relevância aparece, por exemplo, na proposta político-pedagógica “Escola para o século XXI” da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, que tem como projeto temático “a cidade e a cidadania” (1998). Nessa proposta, a relação cidade e cidadania é eixo temático da proposta curricular, e não apenas de Geografia, o que aponta para o reconhecimento do caráter interdisciplinar do estudo da cidade.

Algumas questões surgem: como e com quais conteúdos a cidade educa seus habitantes? Como é a vivência da criança com a cidade de Goiânia? Quais são suas experiências geográficas nesta cidade? Como as escolas de Goiânia atuam ou podem atuar para confrontar diferentes experiências e potencializar as experiências individuais e/ou coletivas com a cidade? Como preparam ou podem preparar crianças da escola fundamental para ter acesso, por sua conta, às possibilidades educativas e culturais da cidade de Goiânia? Que conceito de cidade está orientando os estudos geográficos na escola? E, por fim, como as escolas podem ajudar seus alunos a conhecer e a construir seu direito à cidade?

Reafirmar o direito à cidade é uma maneira de contraposição à organização dominante da sociedade atual, que quer se autodenominar “globalizada” ressaltando uma tendência de homogeneização de seus espaços. A defesa do direito à cidade para todos os seus habitantes parte do entendimento de que a produção de seu espaço é feita com a participação desses habitantes, obedecendo suas particularidades e diferenças. É defender a necessidade de uma cidade com gestão democrática que busca mediar interesses e ações de uma ordem sócio-econômica mais geral com os interesses e ações mais imediatas e elementares nem por isso menos impor-

tantes para a vida humana do cotidiano de seus moradores.

A luta pelo direito à cidade, aos seus lugares, ao consumo mais autônomo e consciente de seus lugares e objetos, ao ambiente, é, assim, um exercício da cidadania. Conforme Braga (1994:43) constatou em sua pesquisa:

“as conquistas dos mesmos (trabalhadores) ilustram a contribuição dos trabalhadores na edificação do espaço urbano, não só construindo o espaço do capital com seu trabalho, mas também o seu próprio espaço, através das lutas”.

Vale, para reforçar, transcrever as palavras de Thierry Paquot, citadas por Carlos (1996: 147/8):

é lá e somente lá (na cidade) que o *homo urbanus* pode tomar consciência da artificialidade do mundo, da desapareção progressiva das zonas naturais, da amplitude dos simulacros que ocultam a nudez do ser. O *homo urbanus* é um animal sábio, que sabe como daí se sair e de fazer do urbano o lugar propício à sua felicidade. Tarefa tão difícil que se assemelha a um desafio. A cidade é uma conquista, um desenvolvimento dos sentidos. Um desabrochar dos espíritos, Uma possibilidade da paixão. O urbano é a intelegibilidade do *Homo urbanus*.

Para desenvolver o tema proposto, o texto está organizado em duas partes. A primeira tem por objetivo explicitar um entendimento básico dos principais elementos a serem considerados num trabalho didático de formação dos conceitos de cidadão e de cidade. A segunda busca discorrer sobre temas que a Geografia pode eleger como pertinentes ao estudo da cidade, a partir dos elementos dos conceitos de cidadão e de cidade, formulados na primeira parte.

1- CONCEITOS DE REFERÊNCIA PARA SE ESTUDAR A CIDADE E A CIDADANIA

O objetivo escolar de formação de cidadania é responsabilidade da escola como um todo, mas à Geografia cabe, mais especificamente, o trabalho com conceitos, como os de cidadania e de cidade, e com a organização do estudo nas escolas em temas. Para a organização dos temas de estudo, é preciso inicialmente explicitar os conceitos de cidadão e de cidade.

Cidadão

Buscar elementos e aspectos que compõem um programa formal de Geografia para formação da cidadania requer uma reflexão sobre o significado que pode ser dado nesse programa para o conceito de cidadania. O termo tem uma história longa, bastante complexa, o que exige sua contextualização, para torná-lo referência concreta para a vida na sociedade contemporânea. A distância entre a defesa abstrata da cidadania e a concreta possibilidade de seu exercício é muito grande e requer bastante cuidado na sua explicitação.

Uma idéia suscinta, mas bastante expressiva, é a de que cidadania é o exercício do direito a ter direitos (VIEIRA, 1997; ARENDT in BENEVIDES, 1998). Essa idéia liga cidadania e direito. Os significados do conceito de direito é também bastante complexo e com história longa. Relevante para a argumentação aqui é a distinção feita por Vieira (idem, ibdem) entre o direito natural, baseado na idéia de universalidade, e o direito positivo, baseado na particularidade e historicidade das normas e valores. Considero que a idéia de universalidade, de direitos universais, é extremamente importante na defesa de uma organização social democrática, formada a partir de um “contrato” livre que garanta igualdade de direitos a todos. Essa igualdade, porém, não é algo dado, ela é construída histórica e socialmente. Não há, então, universalidade no sentido de valores, normas, direi-

tos que devem ser considerados universais para todo o sempre, independente de sua inserção no espaço e no tempo. O que há são direitos universais, mas histórica e socialmente construídos. Com isso, pode-se defender a idéia de que cidadão é aquele que exerce seu direito a ter direitos, ativa e democraticamente, o que significa exercer seu direito de, inclusive, criar novos direitos, ampliar outros. É no exercício pleno da cidadania que é possível, então, transformar direitos formais em direitos reais. Conforme Benevides (1998:170):

cidadãos ativos são mais do que titulares de direitos, são criadores de novos direitos e novos espaços para expressão de tais direitos, fortalecendo-se a convicção sobre a possibilidade, sempre em aberto, da criação e consolidação de novos sujeitos políticos, cientes de direitos e deveres na sociedade.

A idéia de uma cidadania ativa que cria seus direitos, ao longo da história depend da organização social e da composição de poder nessa organização, permite pensar criticamente os tipos de direitos mais convencionalmente atribuídos à composição da cidadania (cívís, políticos, sociais), buscando ampliar essa composição a partir de demandas sociais democráticas e contextualizadas, como o caso de lutas pela incorporação de direitos ligados mais a grupos humanos que indivíduos, como o direito à autodeterminação dos povos, ao desenvolvimento, à paz, ao meio ambiente (VIEIRA, 1997).

Essa idéia de cidadania também faz uma ligação direta à proposta de democracia política, econômica e social (só se tem direito numa sociedade democrática, entendendo-a como aquela que garante a igualdade de condições de vida a todos). Está vinculada com a prática da vida coletiva e pública, ou com o exercício coletivo da vida, com associação forte aos direitos e deveres inerentes ao exercício político democrático da vida em sociedade.

Ao lado do aspecto político do conceito de cidadania, ressaltado nas argumentações anteriores, é importante ampliar esse conceito para um entendimento mais amplo que diz respeito tanto à vida pública e a exercícios formais/jurídicos de direitos e deveres quanto ao sentido ético de uma vida solidária, ao exercício cotidiano, coletivo e individual, da vida na cidade que pressupõe a co-presença – seja no núcleo familiar, seja em grupos específicos de interesses e identificações diversas, seja na sociedade mais ampla. Com base em uma análise da cultura e da economia da atualidade, Canclini (1997) explora a idéia da cidadania como processo cultural², que inclui direitos à igualdade e, também, à diferença³, indicando “um estado de luta pelo reconhecimento dos outros como sujeito de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas” Segundo esse autor, no novo cenário sócio-cultural está a passagem do cidadão como representante de uma opinião pública ao cidadão interessado em desfrutar de uma certa qualidade de vida.

Santos (1987) defende a recuperação da noção de cidadão com base no modelo cívico (fazendo referência a civilização), que subordina o modelo econômico e é composto por, entre outros, dois componentes essenciais: a cultura e o território. O componente territorial supõe uma gestão adequada para garantir a produção e distribuição de bens e serviços públicos.

O conceito de território é instrumentalizador quando se quer pensar e compreender a cidade na sua relação com a cidadania. Território está associado aos processos de posse, de domínio de um lugar, de uma área. Através da dimensão territorial, o exercício da cidadania pode ser pensado como uma questão de direito à cidade, direito ao domínio coletivo do espaço da cidade.

A escola pode organizar ações para a formação da cidadania democrática, ativa, com direitos amplos criados e recriados num processo histórico, social, econômico, cultural. Benevides (1998) destaca três elementos indispensáveis e interdependentes em um projeto

de educação para a cidadania: a formação intelectual e a informação; a formação moral; a educação do comportamento. O cidadão democrático, ativo, criativo, consciente de seus direitos políticos, sociais, culturais, individuais, territoriais, precisa conhecer a cidade, precisa compreendê-la com profundidade, precisa decifrar seus símbolos, precisa desenvolver um sentido ético e estético sobre ela, para que possa lutar e conquistar seus direitos cívicos e sociais e cumprir com seus deveres, individual e coletivamente. Como afirma Santos, a cidadania se aprende. Sem essa aprendizagem, a cidade torna-se impalpável. Ela se torna, como ele diz (1987:14), "um amontoado de signos aparentemente desconhecidos, agindo, no entanto, em concerto, para limitar mais do que para facilitar a minha ação, tornando-me impotente diante da multiplicidade das coisas que me cercam e de que posso dispor"

Cidade

Como ponto de partida, compreende-se que a cidade é uma aglomeração de pessoas (habitantes e visitantes) e de objetos (casas, ruas, prédios) (CARLOS:1992). É em função das pessoas e dos objetos que a cidade se estrutura e tem uma dinâmica interna. O arranjo interno de uma cidade é construído, pois, conforme se organizam a vida e o processo produtivo. As pessoas precisam morar, daí vão se configurando áreas residenciais diferentes porque as pessoas se inserem no processo produtivo de maneira diferente por exemplo, uns são proprietários dos meios de produção, outros são assalariados, outros, desempregados, excluídos do processo produtivo. As pessoas precisam trabalhar; as fábricas, as empresas, ou outra unidade de produção, comercialização e de serviços vão ocupando um espaço físico compatível com a atividade que irão desenvolver. Para que a unidade produtiva possa funcionar, são necessárias, ainda, atividades de apoio (energia industrial, escritórios, bancos).

As pessoas precisam consumir, passear, comer... Vão surgindo e se organizando os transportes, as lojas, os supermercados, os hospitais, as escolas, equipamentos de lazer, dentre outros.

Todos esses elementos vão configurando a paisagem urbana, que é a aparência e a forma da cidade, a forma que vai sendo produzida. E o conjunto formado pelos objetos e sua disposição, pelos sons e odores, pelas pessoas e seus movimentos. Uma estudo dessa visão aparente da cidade vai fornecendo pistas para a compreensão de aspectos mais essenciais do espaço urbano nela materializado⁴ A cidade pode ser entendida como um espaço geográfico, como um conjunto de objetos e de ações (SANTOS, 1997), mas entendendo esse espaço como lugar de existência das pessoas, não apenas como um arranjo de objetos, tecnicamente orientado.

O aprofundamento do estudo da cidade pode ser encaminhado para a apreensão de sua dinâmica interna, ou seja, para o entendimento de alguns de seus elementos básicos, como a produção, a circulação e a moradia.

A *produção* da cidade refere-se à produção da vida cotidiana das pessoas que nela vivem e atuam suas atividades e o arranjo espacial em função dessas atividades e à produção econômica realizada nessa cidade, que diz respeito às atividades diretamente produtivas.

Dentre as atividades cotidianas da cidade destacam-se as de lazer, de educação, de trabalho, de descanso. Todas essas atividades compõem a dinâmica de vida das pessoas que vivem na cidade e, conseqüentemente, a dinâmica da própria cidade. Entre as atividades, podem ser destacadas as produtivas: a indústria, o comércio e a prestação de serviços. Atualmente, diz-se que estamos vivendo em uma sociedade pós-industrial⁵, pelo peso que têm tido às atividades comerciais e de serviços na dinâmica social. Nesse caso, mais do que produzir, é preciso hoje informar e circular o que está sendo produzido. Ainda que seja essa uma afirmação de forte significado, dada a possibilidade de sua constatação empírica, não

se pode deixar de atribuir importância à atividade industrial, enquanto atividade de transformação e de produção de bens necessários à vida.

As atividades produtivas tendem a ocupar áreas específicas na cidade, fazendo parte da paisagem urbana. Assim, pode-se dizer que na cidade há uma divisão territorial do trabalho, que é a destinação de áreas prioritariamente para determinadas atividades, acarretando o aparecimento de zonas residenciais, zonas industriais, zonas comerciais e outras. Nas grandes cidades de hoje nem sempre se pode falar em zonas de atividades específicas, pois na maior parte das vezes o crescimento acelerado das cidades e a dinâmica e complexidade da vida urbana levam à construção de zonas mistas.

Outro elemento da dinâmica interna da cidade é o da *circulação* das pessoas e objetos (mercadorias). Para que a vida nas cidades possa ocorrer, é preciso que as pessoas circulem por sua malha para participar individual e coletivamente de sua produção e de sua própria vida. As pessoas saem e voltam de suas casas porque buscam em outros lugares a satisfação de suas necessidades e de necessidades da cidade em geral: para trabalhar, para festejar, para consumir material e simbolicamente a cidade. Em função disso é que se organizam os meios de consumo coletivo, que podem ser: as escolas, os hospitais, as áreas de lazer, espaços culturais, a infra-estrutura urbana, os meios de comunicação, os meios de transporte.

Entre os meios de circulação, o transporte, especialmente o transporte coletivo, é atualmente de grande importância na dinâmica das cidades, para o desenvolvimento das atividades produtivas ou não. A esse respeito, algumas preocupações são prioritárias na estruturação da cidade, como: planejar a largura das vias de circulação conforme a densidade (número de ônibus) prevista para a área; dispor, na paisagem urbana, de informações do sistema de transporte de maneira simples e clara, para todos; manter em condições boas de funcionamento os próprios ônibus, os locais de

acesso a ele e, a mais importante de todas, oferecer quantidade e qualidade compatível com a demanda.

Outro elemento de extrema importância na configuração interna da cidade é a *moradia*. As moradias mudam com o tempo, em função de diferentes concepções sociais, culturais, arquitetônicas, mas, a diversidade maior entre elas não está relacionada a essas concepções. Há uma variação de habitações no mesmo tempo e no mesmo espaço porque há uma variação na capacidade de pagar pela casa e pelos equipamentos e serviços coletivos. As unidades de moradia são, então, de tipos diferentes em função de diferenças existenciais e sociais concretas. Têm-se, assim, desde as mansões e apartamentos luxuosos às favelas, ocupações e cortiços.

A sistematização inicial da estruturação interna de uma cidade teve a função de encaminhar o raciocínio para o olhar que o cidadão tem ou pode ter para a cidade. Ou seja, destacaram-se tópicos com mais potencial para a formação da cidadania: a produção, a circulação e a moradia. São elementos da dinâmica interna da cidade que condicionam e produzem práticas cotidianas dos cidadãos na cidade, podendo orientar a organização de temas de estudo da cidade na escola, como os que serão considerados a seguir.

2- TEMAS PARA O ESTUDO ESCOLAR DA CIDADE

1º Tema: Cidadão e o habitar da/na cidade

Esse tema refere-se ao exercício de *habitar* na cidade, de compreender sua lógica e sua história. O direito de habitar é mais do que de morar, é morar bem, frequentar a cidade, morar com dignidade, ter acesso aos bens da cidade, poder exercer seu modo de vida, ter o direito de produzir cultura, construir identidades.

A cidade é, para os crianças e jovens em idade escolar, em primeiro lugar, a sua morada, o seu abrigo. Ela é o lugar no qual as

peças produzem sua vida cotidiana mais elementar, em casa, em sua privacidade, na convivência de seus amigos e familiares. Esse aspecto afetivo da moradia é tão fortemente vivido por crianças e jovens que chega a ser fator predominante em sua definição de lugares em que gostariam de morar⁶. Isto leva a considerar esse aspecto como prioridade nas ações de formação do cidadão para a vida urbana, apostando que daí se pode extrair elementos para a introdução de aspectos mais estruturais da moradia, como a lógica da propriedade privada do solo, o processo de valorização do solo urbano, a história da política habitacional no país, o processo de segregação urbana.

Em segundo lugar são importantes a observação e análise da moradia através da leitura de sua paisagem. Essa idéia de estudar o espaço através da paisagem já é corrente na produção da ciência geográfica dos últimos anos. Porém, o que ressalta nesse texto, ao buscar focar a experiência cotidiana de crianças e jovens com o espaço de sua cidade, é a necessidade de se aprender a fazer a leitura da paisagem geográfica da cidade. Nessa direção, Lefebvre compara a cidade a um livro, a uma escrita, a um sistema de significações, considerando sua especificidade da seguinte maneira:

Sobre esse livro, com essa escrita, vêm se projetar formas e estruturas mentais e sociais. Ora, a análise pode atingir esse contexto a partir do texto, *mas este não é dado*. Para atingi-lo, impõem-se operações intelectuais, trabalhos de reflexão (dedução, tradução e transdução). A totalidade não está presente imediatamente nesse texto escrito, a Cidade (grifo meu) (1991: 48).

Esse autor alerta para o fato de que é possível ler a cidade porque ela se escreve, porque ela é uma escrita, mas, para tanto, não basta examinar o texto, deve-se recorrer ao contexto, que para ele é aquilo que está sob o texto, “a

vida cotidiana, nas relações imediatas, o inconsciente do ‘urbano’ aquilo que não se diz mais e que se escreve menos ainda, aquilo que se esconde nos espaços habitados” e aquilo que está acima desse texto, as instituições, as ideologias (LEFEBVRE, idem, ibidem, p. 55/56).

Algumas constatações podem ser feitas, nas particularidades das cidades. Por exemplo, Goiânia é uma cidade nova, moderna e planejada. Suas formas modernas não são grandes resistências a mudanças de funções ou mesmo à reestruturação de áreas, como duplicação de vias, instalações de grandes equipamentos públicos, construção de grandes e modernos prédios, em suas áreas mais antigas e centrais. Seu centro se revitaliza através de suas obras constantes e de vulto e seus bairros crescem assustadoramente com edificações residenciais e outras. Goiânia é uma cidade em construção, é uma obra constante, resultando numa verticalização intensa possível de ser observada pela paisagem. A consolidação dessa cidade moderna tem levado a uma grande segregação espacial. Nas ruas centrais e dos bairros que circundam esse centro nuclear da cidade, por exemplo, vão sendo “instaladas” edificações amplas, altas, de alto padrão de construção, modernas, difíceis de conviver com habitações modestas, mesmo que sejam os cortiços típicos de áreas centrais das grandes cidades brasileiras. E as moradias dos pobres são empurradas para uma periferia escondida dessa modernidade⁷. Nas periferias vão se processando, de modo disperso e fragmentário, as chamadas “invasões”

Esse processo de segregação sócio-espacial, dividindo a cidade em áreas mais centrais e ricas e uma periferia pobre cada vez mais distante, é fenômeno comum nas grandes cidades, mas em Goiânia esse processo é particularmente intenso, fazendo com que um olhar de visitante, um olhar menos atento, um olhar de criança e jovem em formação veja nela uma cidade de 1^o mundo, sem grandes desigualdades sociais, sem grandes problemas habitacionais. A compreensão desse processo de segregação

é objeto da formação do cidadão para a vida na cidade.

2º Tema: Cidadão e os lugares da cidade

Esse tema de estudo da cidade aponta para o direito do cidadão de viver na cidade, circular pela cidade e seus lugares, de consumir lugares e de consumir nos lugares, de usufruir desses lugares.

A relação da criança e do jovem com a cidade em que vive pode ser entendida como uma relação com o lugar, ou, numa cidade grande como Goiânia, com os lugares. Como entende Carlos (1996), a apreensão da cidade, como um lugar, enquanto o espaço tornado familiar, com o qual se tem identidade, na relação do local com o global (CAVALCANTI, 1998), torna-se difícil nas cidades grandes. Deste modo, deve-se então buscar a relação do cidadão com os diferentes *lugares* da cidade. Ao viver em uma cidade, o cidadão circula por seus lugares e constrói uma relação com eles, uma relação cotidiana ativa e interativa. Essa relação constrói os próprios lugares e são por eles construídos. Alguns destes são privados, dele, cidadão, ou de seu grupo de convivência, outros são privados, de outros, outros são públicos, seus por direito. No seu cotidiano de relações com a cidade e seus lugares, o cidadão (em particular, a criança e o jovem) vai construindo uma geografia, a sua geografia, mas ele o faz sem, muitas vezes, ter consciência disso, ou seja, sem reconhecer essa geografia que constrói e reconstrói. Seja como for, essa relação com os lugares está sempre ocorrendo, e uma apreensão mais ampla desses lugares e da própria cidade permite que ele lute mais e melhor pelos seus direitos de circular pelos lugares e de consumi-los.

A percepção da cidade, pelo caminho da observação de suas paisagens por crianças e jovens, permite distinguir os lugares de consumo (restrito ou geral), os lugares interditados, os lugares permitidos. A forma dos lugares, expressa pelas paisagens, tem aspectos culturais e subjetivos:

uma dimensão estética, uma dimensão afetiva, que tem a ver com a identificação emocional das pessoas com esses lugares. O aspecto afetivo remete à noção de privacidade, de permissão, de território. Mas, há a distinção entre lugares privados e públicos. Nos lugares privados as dimensões estética e afetiva são privativas dos "incluídos" consequentemente geram interdição e estranhamento dos "excluídos" E os lugares públicos? Como são construídos? Como são produzidos no cotidiano? Se a lógica de produção da cidade é resultante da contradição entre a lógica do capital e a do cidadão (CAVALCANTI, 1993), consequentemente os lugares são produzidos segundo essa lógica. Sua produção mais democrática no sentido de atender aos interesses do cidadão, de conduzir e permitir realmente o uso público depende da qualidade da ação individual e coletiva dos cidadãos nessa direção.

A observação das grandes cidades brasileiras, com suas mensagens, símbolos e normas, fornece indícios de interdição da circulação à cidade para alguns e privilégio da circulação para outros. Goiânia não é diferente. Suas ruas, os cruzamentos de ruas em rotatórias sem sinalização para pedestres, a organização do trânsito, são exemplos que mostram bem o privilégio da circulação para os que têm carro. Mesmo as calçadas, legalmente destinadas à circulação de pedestres, encontram-se sempre cheias de carros estacionados, inclusive em estacionamentos planejados pelos comerciantes e prestadores de serviços para atender melhor às necessidades de seus clientes. Essa interdição tem a ver com segregação social, com segregação urbana: segregação de lugares nos pequenos interstícios da cidade, que ocorre por entre as ruas, calçadas, lojas, prédios e outros equipamentos urbanos; segregação de áreas inteiras, bairros inteiros "destinados" à classe alta, "impedidos" de circulação ou de usufruto pelos cidadãos em geral; segregação de áreas inteiras "destinadas" à classe baixa, às vezes baixíssima, destituídas muitas vezes até do direito de receber serviços públicos mínimos, como correio, telefone público, entrega de objetos de consumo. Nes-

As áreas só circulam seus moradores, já que a “dificuldade” de acesso e o medo da violência e da pobreza afastam as outras pessoas.

A cidade pode também ser lida e compreendida através de seus lugares de manifestação de identidades e de resistência, particularmente a que acontece em lugares públicos. São as ruas, as praças, os parques, os lugares mais democráticos do ponto de vista do acesso de todos os habitantes, são lugares propícios às manifestações de identidade e de resistência, tanto individuais expressas nos habitantes das ruas da cidade (mendigos, bêbados) como coletivas, expressas nos pequenos grupos, com suas formas de manifestar suas diferenças (caso por exemplo dos territórios de gangues, de crianças de rua, de comércio informal ou camelô). Além disso, os grupos maiores encontram nesses lugares espaço para expressarem posições ou reivindicações (caso dos grupos de categorias profissionais que, quando em greve, se aglomeram e se manifestam pelas ruas, ou caso dos grupos culturais que se reúnem nas ruas para organizar festas populares).

Importa para a criança e o jovem entender como sua cidade inclui esses lugares, como os gestores se comportam diante desses lugares e de suas diferentes possibilidades de uso e como os cidadãos, em geral, aí se comportam. Se, como diz Lefebvre (1991), a cidade é um lugar de encontro, de festa, ou, como diz Santos (1997), é um lugar da co-presença, é de se esperar que a cidade se abra aos seus habitantes para que eles se manifestem, sozinhos ou em grupo, pelas suas ruas, praças. A cidade grande, de um modo geral, contém muitos desses lugares, porém a grande concentração de pessoas e a diversidade de interesses acabam dificultando o pleno uso de alguns deles, principalmente daqueles que se localizam nas áreas mais centrais. A dinâmica da circulação nessas cidades vai gerando inúmeras regulamentações de seu uso, como nesse caso das manifestações coletivas⁸. A lógica da cidade, a articulação das suas diferentes esferas – a circulação, a produção, a moradia – a concentra-

ção de objetos técnicos, levam à necessidade de uma gestão que busque a viabilização da própria cidade, o que significa trabalhar com suas contradições, a partir do contexto dos movimentos sociais e das relações de poder apresentadas. É nesse aspecto que o conhecimento da cidade e a compreensão dos direitos ao seu usufruto podem ajudar os cidadãos a se organizarem para compor forças nas ações de regulamentação da cidade e de seus lugares no sentido do uso democrático, do maior acesso a ela, do não privilégio do capital, da não racionalização do espaço, com base unicamente nos interesses de quem tem dinheiro para usufruir da cidade.

A informação é um outro aspecto igualmente importante, quando se pensa na relação do cidadão com sua cidade e na sua capacidade e possibilidade de se educar com ela ou de se educar para ela. Os lugares da cidade contêm informação, o que dá à ela uma dimensão simbólica. A busca de informação e a ação de informar fazem parte das atividades cotidianas da cidade e de seus moradores. Mas, não é uma atividade da mesma magnitude para todos. A cidade, como conjunto de ações e objetos, como “ambiente construído” (SANTOS, 1997), é plena de sinais, signos, símbolos, que estão à disposição de seus “usuários” desde que estes saibam decifrá-los. O pleno uso da cidade e o exercício do direito de circular por ela requerem dos cidadãos uma determinada formação, (escolar ou extra-escolar) que lhes possibilite os instrumentos necessários à leitura da cidade. A falta dessa formação para todos, em função das grandes desigualdades existentes, por exemplo, acentua o caráter segregador dessas cidades. Além disso, a gestão da maior parte deles leva em conta as necessidades dos mais ricos, razão pela qual em suas ruas e lugares não há demonstração da busca de facilitar o acesso simbólico e material da maioria dos cidadãos aos diversos lugares da cidade.

A despeito de não saberem “ler” plenamente a cidade, as pessoas, na maior parte das vezes, concordando com Linch (1988:14), não

se perdem nas cidades. Mas, a tentativa de evitar essa experiência talvez seja uma das razões da pouca mobilidade dos habitantes das grandes cidades, principalmente os mais pobres, os que moram nas periferias (que são os que menos sabem ler a cidade)⁹.

3º Tema: Cidadão e o consumo na/da cidade

A cidade é o lugar privilegiado do consumo, consumo de massa, consumo coletivo, individual, de elite. É um lugar em que se concentram todas essas práticas. Na relação cidadania/consumo na cidade destaca-se a discussão sobre o direito de participar da produção e de consumir o que foi produzido. A defesa do acesso democrático aos bens produzidos pela sociedade tecnológica é algo já bastante presente, porém, a experiência cotidiana dos cidadãos da cidade grande (ou pequena, tanto faz) é a de uma distribuição bastante desigual desses bens, é a de um acesso muito restrito desses bens por parte de um segmento cada vez menor da sociedade.

A constatação dessa contradição entre o desenvolvimento cultural, econômico, tecnológico da sociedade em geral e o estado de precariedade de grande parte da humanidade é frequente e bastante tratada na literatura corrente. A razão de trazê-la aqui é a necessidade de ressaltar sua incidência no espaço da cidade e na vida cotidiana do cidadão, particularmente de crianças e jovens. A explosão quantitativa e qualitativa de objetos técnicos e culturais na cidade, resultante do desenvolvimento da sociedade atual, é tão importante que chega a poluir o ambiente urbano. Do ponto de vista ambiental, isso não deixa de ser um grande problema, mas, do ponto de vista social, é uma violência, principalmente para os mais pobres, para os mais frágeis, que não têm saída, a não ser repartir os seus lugares com esses objetos, os quais nem sequer usufruem.

Nos moldes como a sociedade tem encaminhado seu crescimento, não há como fugir do consumo, da prática do consumo, consumo ligado ao circuito produtivo e econômico, consumo

que custa dinheiro, seja na produção das necessidades básicas materiais da vida cotidiana, das necessidades básicas não materiais ou das necessidades não básicas, sofisticadas, materiais ou não. E a experiência cotidiana das pessoas com o consumo é vivida pela maioria como se se estivesse numa corda bamba, salvando-se da sedução do consumo impossível e da crueldade do consumo fácil para uma pequena minoria mais rica.

É nesse contexto, particularmente na cidade, que o cidadão e o conceito de cidadania são muitas vezes entendidos como equivalente ao de consumidor (SANTOS, 1987): ser cidadão, nesse caso, é ser consumidor; só é cidadão quem é consumidor; quem não consome não pode ser cidadão, não pode reclamar seus direitos, não tem de pagar impostos, não tem deveres, nem com o Estado nem com outros habitantes da cidade.

Não se pode sustentar essa equivalência reducionista numa visão democrática de sociedade. O consumo é ingrediente da cidadania. Ao consumir, o indivíduo constrói sua cidadania. Mas esse consumo não pode ser entendido apenas do ponto de vista das necessidades individuais e supérfluas, pois o consumo integra a prática cotidiana da vida, do ponto de vista cultural, material, social. Nesse sentido, é direito de o cidadão consumir, usar, usufruir material e simbolicamente de sua cidade, de tudo que ela tem, apreciar seus lugares, ter condições para apreciar suas paisagens, seus lugares públicos, compartilhar com outros do consumo desses lugares, além de ter direito de consumir na cidade, consumir de fato seus objetos (nas lojas, supermercados, áreas de lazer, cinema, museus). Todavia, como alerta Canclini (1997), o consumo pode ser pensado como elemento, dimensão da cidadania. Propõe vincular o consumo com a cidadania por considerar que a prática do consumo pressupõe definição e seleção do que se considera valioso, do que se considera elemento de integração e de distinção social. Assim, lembrar que cidadãos são também consumidores leva a considerar a prática de consumo, na sua di-

mensão ética, estética, ecológica, um componente de uma concepção democrática da cidadania.

É útil, pois, a idéia de articular consumo e cidadania, pois do ponto de vista dos cidadãos e de sua vida cotidiana, o acesso aos bens econômicos é uma das vias concretas de vivenciar o direito à produção social, o direito à inclusão, o direito à participação. Além do mais, como o consumo é social, há um partilhamento de significados nos objetos de consumo (material ou não) e no consumo de objetos. Ele é elemento de comunicação entre as pessoas, mesmo que subordinado ao controle político, econômico e ideológico do mercado. Mas é, na possibilidade de se desenvolver um consumo mais autônomo e consciente, de uma prática de vida na sociedade contemporânea mais justa, mais criativa, que se permita inclusive a construção de identidades dos cidadãos. Canclini explica esse processo de ligar a atividade de consumo com a formação de identidades:

Nós homens intercambiamos objetos para satisfazer necessidades que fixamos culturalmente, para integrarmo-nos com outros e para nos distinguirmos de longe, para realizar desejos e para pensar nossa situação no mundo, para controlar o fluxo errático dos desejos e dar-lhe constância ou segurança em instituições e rituais. Dentro desta multiplicidade de ações e interações, os objetos têm uma vida complicada. Em certa fase são apenas 'candidatos a mercadorias', em outras passam por uma etapa propriamente mercantil e em seguida podem perder essa característica e ganhar outra (1996:64).

Não se pode desconsiderar a racionalização da prática de consumo na sociedade capitalista, que na expressão de Lefebvre (1991a) é uma "sociedade burocrática de consumo dirigido" mas, partilhando dessa prática de con-

sumo global, de massa, está o consumo que estrutura o modo de vida das sociedades, das cidades. Ramos (1998:134), buscando elementos do modo de vida do cidadão goianiense, aponta práticas urbanas de consumo de origem rural, talvez pelo fato de ser a capital de um Estado predominantemente agrário. Como exemplo, cita:

Basta lembrar que uma das maiores festas da cidade é a Exposição Agropecuária de Goiânia, realizada anualmente e que atrai milhares de visitantes. A maioria deles não tem qualquer ligação com os negócios que são realizados nesta feira. Mas vestem-se à moda *country* imitando o estilo *cowboy* norte-americano e gostam da música *country*. Ouvem e apreciam também a música sertaneja produzida no Brasil e na qual Goiás se destaca no lançamento de duplas de cantores desse ritmo que, hoje, fazem sucesso em nível nacional.

4º Tema: Cidadão e ambientes urbanos

Como já foi mencionado, o exercício pleno da cidadania significa, entre outras coisas, o direito ao ambiente. Trata-se do direito de construir e de usufruir de ambientes saudáveis, ecologicamente corretos, em todos os lugares, incluindo as cidades e o ambiente urbano.

Ambiente urbano é o lugar da cidade, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas, em constante mutação, e em relação de interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído. Nesse ambiente há uma interação complexa de configurações sociais, naturais, políticas, psicológicas.

As grandes cidades, costuma-se dizer, têm grandes problemas ambientais. Esses problemas se agravam em função da complexidade de ações, criações, produção, dos homens e mulheres que

nela circulam, vivem, passeiam, trabalham. Todas essas ações são responsáveis pela configuração ambiental da cidade. A cidade, enquanto trabalho humano, é a expressão da relação do homem com a natureza (a primeira e a segunda natureza). Assim, a construção de casas, de indústrias, o calçamento de quintais, o asfaltamento de ruas, a canalização dos córregos, levam à retirada da vegetação e dos animais ali presentes e ajudam a configurar o ambiente urbano, dando-lhe um aspecto peculiar, um aspecto de ambiente construído. A intensificação dessas ações, como no caso das grandes cidades, provoca alterações no ambiente, tais como:

À medida que diminui a capacidade de infiltração da água no terreno, as ações e criações urbanas provocam, nos dias de muita chuva, o acúmulo e a concentração de grande quantidade de água, as inundações, os deslizamentos de encostas, processos que se agravam com a acumulação de lixos residenciais e industriais.

A liberação para a atmosfera de grandes quantidades de fumaça e de gases tóxicos provoca, a médio e longo prazos, problemas respiratórios e de alergia nas pessoas.

A concentração de edificações urbanas, de letreiros, de sinalizações, de carros, acarreta poluição sonora e visual, apontada com fator de agravamento de problemas de saúde da população, como a tensão, o cansaço, o stress.

A retirada do "verde" e dos demais elementos da natureza da "convivência" na cidade têm levado à busca da população de áreas especialmente criadas para isso.

A concentração no espaço urbano das contradições e diversidades sociais, e a explicitação das diferentes condições de propriedade e de usufruto dos bens, que o ambiente oferece e mostra à vista, têm provocado a violência e a marginalização de determinados grupos da cidade.

Todos esses são problemas ambientais urbanos, na sua dimensão física e social, que tendem a se agravar com a grande concentração da

população em áreas urbanas e com a reprodução da lógica atual de produção do urbano. O agravamento desses problemas se dá em função da construção diversificada e complexa do ambiente urbano, com base em elementos físico/naturais do sítio urbano. Mas a dimensão social da questão ambiental urbana ganha relevância pelo imbricamento de vários elementos e pela constatação de que a experiência desses problemas não é igual para todos que moram na cidade, ou nela circulam. No complexo e ilógico (lógico) espaço da cidade podem ser encontradas, por exemplo, áreas de padrão ambiental residencial consideradas bastante adequadas ao lado de áreas de habitações precárias e de baixa qualidade ambiental.

Em Goiânia, o crescimento urbano desordenado, principalmente nas últimas décadas, favoreceu o agravamento de problemas ambientais, como por exemplo o surgimento de grandes boçorocas, denominação para um tipo de erosão, como atesta Nascimento (1994), ao relatar pesquisa no sítio urbano da cidade. Segundo a autora, apesar de possuir um relevo suave, com um sítio urbano favorável, há um grande volume dessas erosões em Goiânia, afetando a segurança das habitações, das vias públicas, das obras de patrimônio público, como galerias pluviais, pontes, áreas de hospitais, parques.

Em função do modo de vida urbano e de sua estrutura interna¹⁰, as cidades, principalmente as grandes, são hoje *locus* de alguns dos problemas ambientais mais graves e vitais, e que requerem soluções sempre imediatas, pois na maior parte das vezes afetam diretamente a vida cotidiana dos habitantes (não de maneira homogênea, já se disse). No entanto, essas soluções "imediatas" quase nunca são viabilizadas, seja pela própria lógica da construção do ambiente urbano, intimamente relacionada à lógica da economia urbana que articula interesses de diferentes segmentos da sociedade, na sob a égide de segmentos dominantes; - seja pela complexidade desse ambiente construído, que leva à construção de formas relativamente duráveis,

dispendiosas, objetos técnicos que permanecem muitas vezes como “rugosidades” na paisagem urbana e que são interdependentes a construção de um ou a alteração de outro objeto urbano nunca decorrem de uma ação isolada, na medida em que interferem em outros objetos e em outras ações¹; seja, ainda, porque a construção desse ambiente tem uma lógica cultural, o ambiente é construído no jogo entre poderes, interesses e práticas da sociedade com o ambiente, com a natureza; de um lado aqueles dominantes, os econômicos, de outro, aqueles que se expressam no cotidiano, como resistência ou como reprodução de uma determinada ordem, mas sempre expressando valores, hábitos, comportamentos individuais e coletivos definidos num processo de construção histórica da sociedade e que não se desfaz de pronto.

Como alerta Smolka, os problemas ambientais “não só não emergem da noite para o dia – exceto talvez nos fenômenos de saturação instantânea – como também não podem em geral ser resolvidos rapidamente” (1993:136). Esse raciocínio destaca a complexidade da tarefa social de “resolver” esses problemas e permite afirmar que tanto para atuar nas causas como nas conseqüências dos danos ambientais é fundamental que, além de lutas pela transformação mais estrutural da sociedade, haja preocupações quanto à formação humana para o exercício pleno do direito ao ambiente. A superação de determinados problemas do cidadão com seu ambiente urbano depende não

só de uma alteração do processo de estruturação interna da cidade, mas, também, concomitantemente, depende de mudanças de comportamentos sociais e culturais, o que, por sua vez, depende de mudanças nas percepções ambientais desse cidadão, destacando-se mais uma vez os jovens e crianças, pela possibilidade de compreender, de ler, de visualizar, de sentir melhor e mais integradamente o lugar de sua vida cotidiana, o lugar (ou os lugares) de sua cidade.

As idéias aqui desenvolvidas partiram de alguns pressupostos iniciais para o tema, dos quais se originaram temas de estudo da relação do cidadão com a cidade, na tentativa de, no plano teórico, separar e sistematizar um real – o espaço urbano – que é, na verdade, uma síntese. Considero esses temas como sugestões para um trabalho escolar no sentido de subsidiar a formação de conceitos de cidade e de espaço urbano pelo cidadão, jovens e crianças em idade escolar. Certamente existem ainda outros temas igualmente importantes para esse estudo e que requer pesquisa. Alguns temas já podem ser formulados, como: a cidade como um lugar de aprendizagem; a cidade como lugar de participação; a cidade e o acesso aos equipamentos públicos, a cidade e a preservação do ambiente no uso do espaço público. No entanto, os temas tratados nesse texto foram os que emergiram inicialmente da busca de referência para construir, na escola, ações docentes de Geografia que relacionem o tema da cidade com o de cidadania e com o do direito à cidade na sociedade contemporânea.

Notas

¹ Este texto compõe estudos preliminares para a pesquisa, em andamento, intitulada “O tema da cidade no ensino de Geografia em escolas de ensino fundamental de Goiânia” A preocupação com o tema decorre de trabalho realizado como tese de

Doutorado, defendida em 1996 e publicada posteriormente (Cavalcanti, 1998).

² “Ser cidadão não tem a ver apenas com os direitos reconhecidos pelos aparelhos estatais para os que nasceram em um território, mas também com as

práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento, e fazem com que se sintam diferentes os que possuem uma mesma língua, formas semelhantes de organização e de satisfação das necessidades” (CANCLINI, 1995: 22)

³ A reflexão de Benevides é esclarecedora desse “princípio” democrático de direito à diferença: “O contrário da igualdade não é a diferença, mas a desigualdade, que é socialmente construída, sobretudo numa sociedade tão marcada pela exploração classista. É preciso ter claro que igualdade convive com diferenças – mas que não são reconhecidas como desigualdades, isto é, não pode existir uma valoração de inferior/superior nessa distinção. Em outras palavras, a diferença pode ser enriquecedora, mas a desigualdade pode ser um crime(1998: 166).

⁴ A paisagem urbana, como dimensão formal do espaço, não pode ser pensada separadamente desse espaço, ao contrário, tanto um como outro são interpenetrados, a forma urbana expressa as ações e relações sociais da qual resultaram, sendo ainda espacialidade que condiciona ou que produz práticas sociais determinadas, formando, assim, no conjunto dessas ações e formas (objetos), o espaço urbano.

⁵ Termos como sociedade pós-industrial, sociedade pós-capitalista, sociedade pós-moderna, revolução informacional, sociedade informacional, têm sido utilizados para denominar os fenômenos socioeconômicos, culturais e políticos que têm caracterizado a sociedade contemporânea.

⁶ Em pesquisa anterior (1998) identifiquei representações de alunos de 5ª e 6ª séries de escolas de Goiânia (de 12 a 14 anos) a respeito de seu bairro, sua casa, entre outros elementos do estudo geográfico. O objetivo era o de compreender atitudes desses alunos em relação ao bairro onde moravam ou onde gostariam de morar. As respostas destacavam bastante os aspectos afetivos nessa atitude, os significados simbólicos do lugar, como gostar do lugar em que moram em função da possibilidade de brincar com amigos, de estar perto da avó, ou, ao contrário, não gostar do lugar em função de ter “bêbado” na rua, de “bagunça” de “briga” O estudo apresenta uma consideração mais geral sobre os dados encontrados: “as crianças disseram que gostam de um lugar para viver, para morar quando esse lugar lhes oferece coisas que preenchem necessidades vitais, como: segurança, liberdade, afetividade, alegria e ludicidade” (1998:48).

⁷ Esse processo de segregação espacial é visível particularmente em alguns bairros da periferia mais

próxima da região sul de Goiânia, que tem sofrido uma valorização imobiliária intensa nos últimos anos. Nesses bairros é possível perceber na paisagem o processo de valorização em andamento, ao se encontrar ruas com mansões bastante luxuosas protegidas com altos muros, prédios de padrão médio e, ainda, teimando em permanecer num outro “tempo” alguns casebres que criam galinhas e plantam hortaliças protegidas por telas de arame. Esses contrastes foram destacados em reportagem de jornal local em um bairro: Com suas ruas estreitas seguindo uma seqüência lógica, que contrasta com avenidas largas, o Jardim América é um bairro onde a desigualdade social está evidente. Ao lado de uma luxuosa residência com piscina, encontramos um barracão paupérrimo” Diário da Manhã, 1-02-99, Bairros, p. 3.

⁸ Em São Paulo, por exemplo, a elevada incidência de manifestações de protestos nas ruas levou à criação de decretos municipais regulamentando essas ações. A preocupação principal parece ser a de que tais manifestações criam transtornos no trânsito da cidade, como mostra reportagem da Folha de São Paulo, de 21 de outubro de 1998. Como destaca a reportagem: “São Paulo teve 273 manifestações para 288 dias no período (entre janeiro e outubro de 98). Todas provocaram algum tipo de interferência no trânsito, o que levou a CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) a classificar os protestos como um novo agente causador de congestionamentos. (Folha de São Paulo, 2710/98, 3-6).

⁹ Em reportagem da Folha de São Paulo, os dados de uma pesquisa indicam essa pouca mobilidade da população mais pobre da cidade de São Paulo, destacando o sistema de transporte como fator de “inibição” dessa mobilidade. A manchete diz o seguinte: “Mais ricos usam 9 vezes mais as ruas”, e em uma de seus destaques apresenta o “caso” de uma moradora da cidade que vive há 41 anos na cidade sem ter conhecido a Av. Paulista. Folha de São Paulo, cad. 3, 4/5, 27-09-98.

¹⁰Smolka (1993) destaca, como ingredientes dessa estrutura, a justaposição ou concentração espacial, a escala e diversidade de funções e sua base na forma de ambiente construído.

¹¹Por exemplo, numa cidade como Goiânia, cidade nova, planejada, com formas urbanas bastante favoráveis às inovações técnicas exigidas pela modernização de seus lugares, tem também a característica de uma cidade que cresce de modo bastante veloz, velocidade facilmente visualizada em sua paisagem em permanente construção e reconstrução. Nesta cidade, a intensidade da construção do ambiente urbano, conforme a lógica de uma

cidade capitalista, evitar problemas ambientais significa, entre outras coisas, praticar ações institucionais mais globais, que considerem a interdependência na modernização de bairros, por

exemplo, de ações de asfaltamentos de ruas, esgoto, água, área de depósito de lixo, canalização de rios, espaços públicos de lazer, definição de linhas de transporte urbano, entre outras.

Bibliografia

- BERNET, Jaume Trilla. Ciudades Educadoras: bases conceptuales. In: *Cidades educadoras*. Curitiba/PR, Editora da UFPR, 1997
- BENEVIDES, Maria Vitória. Educação para a cidadania e em direitos humanos. *Anais ENDIPE, Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino*. Águas de Lindóia, SP, 1998.
- BRAGA, Rosalina. *Conhecendo a cidade pelo avesso, o caso de Salvador*. Belo Horizonte, Del Rey, 1994.
- CARLOS, Ana F. A. *A cidade*. São Paulo, Contexto, 1992.
- _____. *O lugar no/do mundo*. São Paulo, HUCITEC, 1996.
- CANCLINI, Néstor G. *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.
- CAVALCANTI, Lana de S. *Geografia, escola e construção de conhecimentos*. São Paulo, Papyrus, 1998.
- _____. Elementos de uma proposta de ensino de Geografia no contexto da sociedade atual. *Boletim Goiano de Geografia*. Goiânia, Editora da UFG, 13 (1), jan./dez., 1993.
- LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo, Editora Moraes, 1991.
- _____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo, Ática, 1991a.
- LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo, Martins Fontes, 1988.
- NASCIMENTO, Maria Amélia. Erosões urbanas em Goiânia. *Boletim Goiano de Geografia*. Goiânia, Editora da UFG, 14 (1), jan./dez., 1994.
- RAMOS, Márcia Eliane. *Espaço urbano e modos de vida: um estudo de caso sobre lazer e modos de vida em Goiânia*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Instituto de Estudos Sócio-Ambientais/UFG, 1998.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo, Nobel, 1987
- _____. *A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, HUCITEC, 1997
- SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO. *Escola para o século XXI*. Goiânia, Editora Hagaprint, 1998.
- SMOLKA, Martim O. Meio ambiente e estrutura intra-urbana. MARTINE, George (org.) *População, meio ambiente e desenvolvimento*. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 1993.
- VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro, Record, 1997.
- Jornais:
- Folha de São Paulo*. São Paulo, 27 de setembro de 1998.
- _____. São Paulo, 27 de outubro de 1998.
- Diário da Manhã*. Goiânia, 1 de fevereiro de 1999.

